



Osvaldo Cabral

osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

DIÁRIO
inconveniente

A ascensão da coligação

O reforço da vacinação e a conseqüente imunidade a adquirir em Julho vai deixar, politicamente, o governo da coligação nas suas sete quintas, expressão popular, do tempo dos reis, para traduzir a felicidade do reino.

Depois de um começo atribulado, recheado de casos e polémicas escusadas, algumas delas de uma infantilidade política inexplicável, a coligação de direita açoriana começa a respirar mais à vontade.

Até parece que Bolieiro seguiu o recado de Mota Amaral e começa a impor ordem na casa.

É a vacinação em força, são as viagens a 60 euros, é a “bazuca” que vai chegar nas próximas semanas, é o bolso dos açorianos que vai alargar com a baixa de impostos, é o Verão que está a chegar... o que é que a coligação quer mais?

Claro que isto está a correr bem... por agora.

Afinal, ninguém vislumbra o “caos” anunciado por alguns dirigentes da oposição, especialmente os mais afincados deputados disfuncionais.

Passos Coelho também anunciou o “diabo” e ele nunca chegou.

Aliás, desde Outubro que os partidos da oposição estão desorientados, como se viu no encontro do PS com António Costa na Terceira e agora no Congresso do BE, estão sem discurso, sem causas ou bandeiras e sem motivação; um filme igual ao do PSD, quando estava na oposição.

O pior é quando chegar ao final do mandato e já ninguém se lembrar deste mundo idílico dos primeiros 6 meses de governação.

É certo que só no final se farão as contas e a avaliação das virtudes da coligação, mas também é mais do que certo que os grandes problemas, como consequência da crise sanitária, vão surgir mais para diante.

Será nessa altura que se poderá avaliar os efeitos da “bazuca”, da recuperação da economia, do fim das moratórias e se a SATA foi ou não bem reestruturada.

A pandemia serviu, até agora, de desculpa para muita coisa, mas nos próximos tempos, até ao final do mandato, esta coligação vai ter desafios duros pela frente.

O primeiro de todos é saber aplicar bem o maná que virá da União Europeia - PRR e novo quadro comunitário - e o que fazer de uma máquina administrativa que não pára de engordar, criando uma monstruosa rede de burocracias e lentidão na resposta aos cidadãos, pondo mesmo em causa a evolução do mercado privado.

O nosso tecido empresarial é pobre, frágil e não consegue competir com o mercado externo.

Continuar a ignorar esta realidade e manter o foco apenas na máquina pública, absorvendo sozinho os recursos, é traçar novo destino de pobreza e falhanço nos objectivos da coligação.

Cometer o mesmo erro que assistimos na República, engordando as clientelas do costume e ignorando os sectores produtivos, é meio caminho andado para o “novo paradigma” não resultar.

A quantidade de funcionários públicos que o Governo de António Costa já arrecadou nos mandatos da geringonça é a maior dos últimos nove anos, a média dos salários deste sector é a mais alta de sempre, as reformas idem aspas, mais as 35 horas de trabalho e outras cedências aos parceiros da esquerda, vão mantendo a sobrevivência política da geringonça, mas já todos percebemos que não há reformas de fundo, o crescimento é débil e os outros avançam mais depressa do que nós.

Nos Açores coloca-se o mesmo problema: até onde irá o governo de Bolieiro na cedência aos parceiros de direita, para manter a sobrevivência da “caranguejola”?

Os protagonismos em excesso e a ansiedade de mostrar trabalho aos eleitores das suas ilhas prejudicaram a imagem desta coligação nos últimos meses.

Refrear esta ansiedade é um dos trabalhos importantes da liderança da coligação.

Como alguém já escreveu, noutra contexto, historicamente as pandemias acabam por dar lugar a períodos de euforia, social e eco-

nómica.

Toda a gente está ansiosa por desconfinar, mesmo sem fazer contas à vida, o que poderá levar a excessos incontroláveis.

O tecido económico açoriano já era fraco, mas, com a pandemia, o estado das nossas empresas e do mercado de trabalho agravou-se.

Já em 2018 o passivo total das nossas empresas agravou-se em 2,5%, quando a nível nacional foi de apenas 1,1%.

O Prof. Mário Fortuna, ainda na semana passada, alertava perante o Ministro da Economia, que, naquele ano, a dívida remunerada cresceu 6,9% nos Açores e decresceu 1,4% no país.

Ou seja, enquanto a nível nacional as empresas se recapitalizavam, nos Açores aprofundavam a sua dependência de recursos alheios, perante elevados níveis de investimento.

A pandemia veio afundar, ainda mais, todo este cenário, arrastando mesmo o sector que mais florescia, o turismo.

Daí a chamada de atenção de que nem todas as medidas, dirigidas à economia, devem ser padronizadas, esquecendo-se a especificidade e a fragilidade da nossa dimensão insular.

O Vice-Almirante Gouveia e Melo veio reconhecer essas especificidades e que era preciso ‘corrigir’ o atraso no processo da vacinação devido à má repartição das vacinas na primeira fase.

É preciso que os ministros sigam o exemplo e passem a corrigir as inúmeras faltas que têm em relação aos Açores, alguns deles com compromissos assinados, como o tal entre o Ministro do Ensino Superior e a Universidade dos Açores.

Ao Governo Regional compete enfrentar todos estes cenários com a serenidade que se impõe, em vez dos protagonismos fáceis e isolados.

É disto que depende o sucesso da coligação.

A história das forças políticas no nosso país é feita de ascensões e quedas, com muitos ciclos de sucessos e insucessos, mas entre nós a originalidade é a duração destes ciclos governativos de duas dezenas de anos seguidos.

Irão os açorianos suportar mais 24 anos de uma governação apenas?

O ciclo quebrado em Outubro passado parece anunciar que os açorianos já estão mais do que vacinados para ciclos tão longos, pelo que a pandemia hegemónica será uma miragem daqui por diante.

A coligação poderá conhecer mais dias de ascensão, é certo.

Resta saber quando será a queda.

